

**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS / PUC-Rio**

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL**

ROTEIRO PARA O PETCAST

## **DIREITOS DOS IMIGRANTES E O PROCESSO DE REFÚGIO**

Neste episódio do PETCAST, o foco é discutir os direitos dos imigrantes e refugiados durante o processo migratório, com ênfase nas violações e ausências desses direitos. A proposta é analisar como práticas políticas, econômicas e militarizadas vêm restringindo o direito de migrar e comprometendo a dignidade de quem busca abrigo em outros países.

Entre os pontos principais, serão abordadas as políticas de “retorno voluntário”, a separação familiar, as condições precárias de acolhimento, a falta de acesso a direitos básicos (alimentação, educação, saúde, trabalho e lazer), além das violências psicológicas e institucionais. O episódio também destacará a situação das crianças migrantes e discutirá os impactos dessas políticas e práticas tanto nas sociedades nacionais quanto no sistema internacional, como o fortalecimento de movimentos anti-imigração na Europa e nos EUA.

O objetivo central é promover uma reflexão sobre a dignidade humana e os direitos dos imigrantes, questionando como as respostas estatais e sociais à migração têm se afastado dos princípios humanitários e de justiça internacional.

## **INTRODUÇÃO**

**Apresentador 1:** Este é o PETCAST, um podcast produzido pelos bolsistas do programa PET/TEPP do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O projeto conta com apoio do Instituto, mas lembramos que todo o conteúdo reproduzido é de responsabilidade dos bolsistas e não reflete posicionamento institucional. Este episódio foi gravado no Laboratório de Humanidades Digitais da PUC-Rio.

**Inserção da vinheta do PETCast**

## **BLOCO 1**

**Apresentador 1:** Olá! Sou o XXXXX, bolsista do PET do IRI PUC Rio e junto ao meu colega XXXX hoje iremos falar sobre ..... Também nesse episódio contamos com a colaboração de XXXXX, XXXXXX que gentilmente aceitou ser entrevistado por nós para a produção desse episódio.

### **Inserção musical**

**APRESENTADOR 1:** Antes de entrar nas histórias e nas denúncias mais concretas sobre as violações de direitos dos migrantes e refugiados, a gente precisa entender o básico: afinal, quem são essas pessoas? Qual é a diferença entre migrante e refugiado? E o que dizem as leis internacionais sobre o direito de migrar?

**APRESENTADOR 2:** Vamos começar pelos conceitos fundamentais.

Quando falamos em refugiados, estamos falando de pessoas que precisaram deixar seu país de origem por terem fundados temores de perseguição — por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política. Essa é a definição jurídica dada pela Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, um dos principais tratados internacionais sobre o tema. Mas o ACNUR, que é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, amplia essa definição. Ele inclui também pessoas que fogem de conflitos armados, graves violações de direitos humanos ou situações generalizadas de violência. Em outras palavras: ser refugiado é buscar proteção internacional quando o próprio Estado falha em garantir essa proteção.

**APRESENTADOR 1:** Já o imigrante é alguém que se desloca de forma voluntária, geralmente em busca de melhores condições de vida, trabalho ou oportunidades. A principal

diferença em relação ao refugiado está justamente nessa dimensão voluntária — o imigrante decide migrar, enquanto o refugiado é forçado a fazer isso temendo por sua vida. Também existe a categoria de solicitantes de refúgio, ou solicitantes de asilo, que são pessoas que já pediram reconhecimento como refugiadas, mas ainda aguardam uma decisão oficial. Esse é um período de grande incerteza, porque elas ainda dependem da decisão do Estado anfitrião para saber se terão, ou não, o direito à proteção internacional.

**APRESENTADOR 2:** E temos também os apátridas — indivíduos que não têm nacionalidade reconhecida por nenhum país. Isso pode acontecer por falhas nas leis, por discriminação contra minorias ou até por mudanças de fronteira. Os apátridas vivem invisibilizados, porque eles ficam à margem da sociedade: sem poder estudar, trabalhar, abrir uma conta bancária ou até casar. Em resumo, vivem sem direitos básicos e sem o amparo de qualquer Estado. Esses quatro conceitos — imigrante, refugiado, solicitante de refúgio e apátrida — nos ajudam a entender a diversidade das mobilidades humanas e os diferentes níveis de vulnerabilidade que cada uma carrega.

**APRESENTADOR 1:** Bom, falando agora sobre os instrumentos jurídicos internacionais de proteção a essas pessoas, a proteção dos migrantes é baseada num conjunto de tratados internacionais. O primeiro e mais importante é a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967, que estabelecem os critérios para reconhecimento do status de refugiado e os deveres dos Estados em garantir proteção. Outro marco fundamental é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que afirma que toda pessoa tem o direito de procurar e receber asilo em outros países quando perseguida.

**APRESENTADOR 2:** Mais recentemente, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a ONU elaboraram o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, adotado em 2018. Apesar de não ser um pacto juridicamente vinculante, ele representa um compromisso político entre os países para cooperar de forma solidária na gestão das fronteiras, reduzir vulnerabilidades, garantir documentação correta e buscar alternativas à detenção de migrantes. Ele está alinhado à meta 10.7 da Agenda 2030, que trata de facilitar uma migração segura e regular. Basicamente, o Pacto Global reflete a ideia de que governar a migração é uma responsabilidade compartilhada, que exige cooperação internacional.

**APRESENTADOR 1:** Você deve estar se perguntando como esses princípios se traduzem na prática.

Atualmente, 148 países adotaram a Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967 — o que equivale a 3/4 dos Estados-membros da ONU. No entanto, ainda existem 43 países que não são signatários, incluindo alguns que abrigam grandes populações de refugiados em condições extremamente vulneráveis, como a Líbia, a Arábia Saudita e a Índia. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, o país aderiu apenas ao Protocolo de 1967 e criou sua própria legislação, o Refugee Act de 1980.

**APRESENTADOR 2:** Já o Brasil é considerado uma referência na América Latina quanto à legislação de migração e refúgio. Ele incorporou esses compromissos na Lei nº 9.474/1997, que define mecanismos de proteção e cria o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), e na Lei de Migração nº 13.445/2017, que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro. Essas normas estabelecem o direito ao refúgio, o acesso a serviços básicos e a garantia de que nenhum estrangeiro será devolvido a um país onde sua vida esteja em risco.

Resumindo, os países signatários assumem o dever de criar sistemas nacionais de asilo e instituições responsáveis por processar pedidos, monitorar leis e coletar dados sobre refugiados.

**APRESENTADOR 1:** Trazendo a nossa discussão para o presente, nós podemos afirmar que o mundo vive hoje uma das maiores crises de deslocamento humano da história. Conflitos, pobreza, mudanças climáticas, perseguições políticas, religiosas e de gênero têm forçado milhões de pessoas a deixarem suas casas. Segundo dados da ONU e da OIM, mais de 110 milhões de pessoas estão deslocadas à força atualmente — o maior número já registrado. Dados dessa mesma organização sobre as principais rotas migratórias mostram como essa crise é desigual e profundamente marcada por risco e violência. No Mediterrâneo Ocidental e Central, por exemplo, milhares de pessoas partem da África em direção à Europa, enfrentando travessias precárias e embarcações superlotadas.

**APRESENTADOR 2:** Entre 2014 e 2025, estima-se que 19,5 mil pessoas morreram tentando atravessar o Mar Mediterrâneo, que é um verdadeiro cemitério a céu aberto. Na

travessia do Saara, quase 5,4 mil pessoas perderam a vida entre 2014 e 2022, vítimas do calor extremo e da falta de água. Na fronteira entre México e Estados Unidos, muitos migrantes tentam cruzar o deserto ou o Rio Grande, onde o afogamento é uma das principais causas de morte. Esses números mostram que migrar, para muitos, não é uma escolha, mas uma necessidade de sobrevivência.

Essas travessias não são apenas números: são histórias de vidas interrompidas, de pessoas que buscam dignidade e segurança, mas encontram fronteiras fechadas e muros.

**APRESENTADOR 1:** Entender essas definições e esses dados é essencial para compreender o que está em jogo quando falamos de migração e refúgio. Por trás de cada termo jurídico e de cada tratado internacional, existem sofrimentos de famílias, mulheres, crianças e comunidades inteiras. Nos próximos blocos do episódio veremos como a política internacional e as respostas dos Estados têm colocado em xeque o princípio básico que deveria guiar tudo isso: a dignidade humana.

Inserção musical

## **BLOCO 2**

**APRESENTADOR 2:** Agora que já entendemos melhor o que as leis e tratados internacionais dizem sobre o direito de migrar e pedir refúgio, vale olhar pro que realmente acontece na realidade. E, sinceramente, o cenário muitas vezes é bem diferente do que está no papel. O que aparece com mais frequência são políticas de contenção que, no fim das contas, acabam violando justamente esses direitos que deveriam garantir proteção para essas pessoas.

Nos Estados Unidos, isso fica bem evidente. O famoso muro na fronteira com o México virou praticamente um símbolo dessa postura. Durante o governo Trump, a construção foi usada politicamente para associar a migração à insegurança nacional, reforçando a ideia de que o país precisava se “proteger”. Teve até a decisão de pintar o muro de preto pra esquentar mais e dificultar que as pessoas escalassem. Segundo declarações oficiais, a intenção era literalmente usar o calor como ferramenta de dissuasão. É o tipo de política que transforma até o clima em obstáculo pra quem busca proteção.

**APRESENTADOR 1:** É importante destacar que políticas como essa não são exclusivas do governo Trump. Mesmo sob a administração Biden, a situação não foi tão simples. Foi criado o aplicativo CBP One, pensado para organizar e facilitar os pedidos de asilo: a pessoa marcaria um horário, se apresentaria na fronteira e seguiria o caminho legal. Mas, na prática, o sistema acabou funcionando como um filtro tecnológico. Poucas vagas, exigência de celular, internet e algum conhecimento digital - itens que muitos migrantes em situação vulnerável simplesmente não têm. O resultado? Pessoas esperando meses do lado mexicano da fronteira, em condições precárias. O direito de pedir refúgio acabou virando quase um “privilégio digital”.

Já na União Europeia, a estratégia é um pouco diferente, mas o efeito é parecido. Muitos países criaram os chamados “centros de retorno”, instalações fora do território europeu onde migrantes ficam detidos até serem deportados. A ideia é afastar essas pessoas do sistema europeu de asilo, física e juridicamente, sem abrir mão do discurso de respeitar o direito de refúgio.

No fim, seja com muros, centros de detenção fora do país e filtros digitais, o resultado é o mesmo: o direito de buscar proteção vai sendo limitado, e as pessoas ficam mais vulneráveis.

**APRESENTADOR 2:** E se tudo isso já parece grave, existe uma política que mostra de forma ainda mais cruel como os direitos dos migrantes são desrespeitados: a separação familiar. Nos Estados Unidos, especialmente durante o governo Trump, essa prática voltou a ser usada na fronteira como estratégia de desencorajamento. Segundo reportagem do The New York Times, de agosto de 2025, agentes de imigração recebiam ordens para separar crianças de seus pais enquanto os adultos passavam por processos de deportação. Muitas famílias ficaram sem saber onde estavam os filhos, e algumas nunca conseguiram se reencontrar.

Além de crueldade óbvia, isso é uma violação direta de normas internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e o próprio direito ao refúgio. No fundo, a intenção é transformar o sofrimento em política, mostrando que pedir asilo pode custar o que as pessoas mais prezam: a sua própria família. E mesmo com críticas internacionais, medidas indiretas, como restrições ao asilo e processos demorados, continuam impedindo que famílias se reúnam, reforçando a lógica de dissuadir e desumanizar quem busca proteção.

**APRESENTADOR 1:** Depois de falarmos isso tudo sobre muros, separações e políticas de exclusão, é importante lembrar que as violações não acabam quando as pessoas finalmente conseguem atravessar a fronteira. Muitas vezes, as condições de acolhimento são tão degradantes que acabam se tornando uma nova forma de violência. Em várias partes do mundo, campos e abrigos improvisados estão superlotados, com falta de comida, água potável e higiene básica.

Um caso recente vem de Gaza, onde a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou para o aumento de doenças transmissíveis nos abrigos administrados pela ONU, causadas pelo acúmulo de pessoas em espaços pequenos e pelas más condições sanitárias. E não é só em zonas de guerra. Em centros de detenção na Flórida, segundo relatório da Human Rights Watch (2025), migrantes relataram falta de ventilação, comida estragada e abusos físicos e psicológicos, descrevendo a situação como se “a vida tivesse acabado ali dentro”. Mesmo depois de fugirem de guerras, crises e perseguições, muitos refugiados acabam presos em uma nova luta, agora para sobreviver dentro dos próprios abrigos e tentar manter o mínimo de dignidade nos países que deveriam acolhê-los.

**APRESENTADOR 2:** Quando a gente fala de migração, parece que o maior desafio é atravessar a fronteira. Mas, na verdade, pra muita gente, as dificuldades mais pesadas começam depois da chegada ao país de destino. É no dia a dia que surgem barreiras enormes para acessar serviços que deveriam ser básicos, como saúde, educação e trabalho. Começando pela saúde, com um exemplo do Brasil. No papel, o SUS garante atendimento para todos, inclusive migrantes. Mas, na prática, muitos não conseguem usar o sistema por causa da barreira do idioma, da falta de informação e até de discriminação. Em outros países, o acesso pode depender de planos privados caros, deixando os migrantes ainda mais vulneráveis. A OMS mostra isso claramente: migrantes e refugiados geralmente têm piores condições de saúde, mais exposição a doenças transmissíveis e menos acesso a cuidados básicos, tudo agravado pela documentação precária e pela falta de apoio linguístico.

Na educação, a exclusão também é grande. Em 2022, mais de 7 milhões de crianças refugiadas estavam fora da escola, segundo o ACNUR. E mesmo quando conseguem vaga, enfrentam barreiras enormes: adaptação difícil, idioma, falta de apoio pedagógico e impactos emocionais das situações que viveram. Por isso, dados da OCDE mostram que muitos estudantes imigrantes não alcançam habilidades básicas, não por falta de capacidade, mas por falta de condições. E, quando essas crianças crescem, encontram outro muro: o mercado de

trabalho. No Brasil, quase 68% dos imigrantes estão fora do mercado formal, e entre mulheres a situação é ainda pior. Mesmo quando têm qualificação, 85% não conseguem trabalhar na própria área porque o processo de validação de diplomas é lento, a língua pesa muito e o preconceito continua sendo um obstáculo real.

**APRESENTADOR 1:** Por trás dos números da migração, existem histórias reais de violência e desumanização. Nos EUA, mulheres detidas no centro de Krome foram confinadas em celas imundas e sem privacidade, enquanto homens sofriam com temperaturas congelantes e eram forçados a comer como animais. Pedir ajuda psicológica, em vez de alívio, resultava em punição como a solitária, ensinando os detentos a calarem seu sofrimento. Essa realidade cruel não se limita aos EUA; na Itália, migrantes eram espancados e dopados com medicamentos sem prescrição, em instalações sombrias que mais se assemelhavam a prisões.

A negação de direitos básicos é outro tema chocante. JC, um mexicano que fugia de um cartel e carregava marcas de tortura, teve seu direito legal de pedir asilo negado na fronteira dos EUA com a simples frase: “Não há mais asilo.” Na Grécia, um centro financiado pela União Europeia em Samos era descrito como uma prisão disfarçada, com vigilância constante e revistas corporais até para crianças, fazendo com que os migrantes se sentissem punidos, não acolhidos.

Padrões ainda mais graves de violência são documentados em países como a Mauritânia, onde forças de segurança, financiadas pela UE, cometem prisões arbitrárias, espancamentos, tortura e violência sexual contra migrantes, muitas vezes com base apenas em sua cor de pele. Relatos incluem choques elétricos, estupro e detenção sem comida, tudo sob o pretexto do "controle migratório".

**APRESENTADOR 2:** Estes testemunhos de diferentes partes do globo não são incidentes isolados, mas sim práticas sistemáticas de desumanização. Eles revelam um padrão global de violação de direitos humanos, negligência institucional e violência legitimada por políticas migratórias severas. Ouvir essas vozes é fundamental para entender a urgência de repensar como o mundo trata quem busca proteção, lembrando-nos que por trás de cada estatística há uma vida interrompida e silenciada pela simples tentativa de sobreviver.

Quando a gente fala sobre migração, é comum imaginar adultos atravessando fronteiras, mas existe um grupo que vive tudo isso de uma forma ainda mais dura e geralmente são os mais invisibilizados: as crianças e os adolescentes migrantes. Um grave reflexo disso é que mais de 3,7 milhões de crianças refugiadas estão fora da escola, conforme dados do ACNUR, devido a barreiras linguísticas, falta de documentação e insegurança. Mesmo as que conseguem estudar enfrentam dificuldades no acesso à saúde e a serviços sociais, perdendo a rede de proteção essencial.

No entanto, o impacto mais profundo é psicológico, com altos índices de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, agravados pelo medo constante e pela falta de referências durante e após a jornada. A precariedade se estende aos locais que deveriam oferecer acolhimento.

**APRESENTADOR 1:** Estudos, como um da Rede Abrigo no Rio de Janeiro, revelam instalações com problemas estruturais, falta de higiene e de medicamentos, incapazes de suprir as necessidades de crianças com histórico de violência. Essas instituições, muitas vezes sobrecarregadas e com profissionais sem capacitação, não conseguem fornecer o apoio físico e psicológico necessário. Nesse cenário, organizações como o UNICEF atuam para garantir acesso à escola e apoio psicossocial, mas a realidade além desses programas é alarmante.

As crianças migrantes enfrentam uma tripla vulnerabilidade – por serem crianças, migrantes e alvos de exploração –, o que as leva a trabalhar mais horas, por menos dinheiro e com menor acesso à educação. Este não é um problema localizado; ocorre globalmente, do Mediterrâneo ao Triângulo Norte da América Central, onde a migração infantil muitas vezes começa motivada pela necessidade de trabalho e sobrevivência, perpetuando ciclos de exploração devido à falta de políticas consistentes de proteção.

Diante do impacto psicológico, da escolarização interrompida, dos abrigos precários e do trabalho infantil, fica evidente que a migração na infância e adolescência é uma experiência profundamente vulnerável. Portanto, políticas públicas que garantam acolhimento digno, educação, cuidado psicológico e proteção contra a exploração não são benefícios, mas direitos urgentes e inegociáveis para esse grupo tão exposto.

**APRESENTADOR 2:** Quando analisamos a perspectiva brasileira, o ponto de partida é a legislação. A Lei de Migração de 2017 marcou uma mudança importante: deixou para trás o Estatuto do Estrangeiro e passou a tratar a migração como uma questão de direitos humanos. Ela afirma que migrar não é crime, proíbe discriminação e facilita a regularização, inclusive

para quem entrou sem autorização. A política de acolhida humanitária também ampliou a proteção para pessoas fugindo de crises, conflitos e desastres.

Essa abordagem dialoga com a tradição brasileira no tema. A Lei de Refúgio de 1997 continua sendo referência internacional, e a chegada massiva de venezuelanos reforçou esse papel. Em 2024, o país registrou mais de 68 mil novas solicitações de refúgio e mais de 13,6 mil reconhecimentos, parte de um total de mais de 450 mil pedidos desde 2015, vindos de 175 nacionalidades. A presença de crianças e adolescentes é significativa: cerca de 40% dos reconhecidos pelo Conare.

**APRESENTADOR 1:** Mas a distância entre a legislação e a prática ainda é grande. Segundo o IBGE, menos de 6% dos municípios que recebem imigrantes possuem estrutura de gestão migratória. Isso resulta em atendimento improvisado, falta de capacitação, barreiras linguísticas, escassez de cursos de português, abrigos insuficientes e dificuldades de acesso à saúde, educação e assistência. No ambiente escolar, a ausência de políticas de integração aumenta o risco de preconceito e xenofobia.

O cenário brasileiro, portanto, é contraditório: leis modernas e alinhadas aos direitos humanos convivem com uma falta estrutural de políticas locais, deixando muitos direitos garantidos apenas no papel.

**APRESENTADOR 2:** A partir de 2022, a Região Norte, especialmente Roraima e Amazonas, tornou-se a principal porta de entrada para migrantes de países como Venezuela, Haiti, África e Sudeste Asiático. No entanto, é também a região com maior dificuldade para acolhê-los, devido a uma infraestrutura limitada, serviços sobrecarregados e a falta de políticas públicas eficazes. Na busca por recomeço, muitas famílias se deslocam para outras regiões, como Sudeste e Sul, mas lá se deparam com empregos precários e acesso desigual a direitos. Fica claro que receber migrantes não é suficiente; é preciso garantir seus direitos com políticas regionalizadas.

Um dos maiores obstáculos à integração é a falta de informação clara e a complexa burocracia. Refugiados enfrentam um labirinto para acessar serviços básicos como saúde e educação, agravado pelas barreiras linguísticas e pela ausência de traduções. A xenofobia e a discriminação no cotidiano tornam esse processo ainda mais difícil, enquanto a revalidação de diplomas e a moradia digna se mostram desafios quase intransponíveis para muitos.

**APRESENTADOR 1:** Os impactos são ainda mais severos para grupos em situação de vulnerabilidade. Crianças e adolescentes migrantes, por exemplo, ficam expostos a violência e evasão escolar. Para a comunidade LGBTQIA+, a discriminação e a violência são ameaças constantes, exigindo redes de proteção específicas. Da mesma forma, as mulheres migrantes destacam a necessidade de políticas públicas direcionadas, como a criação de núcleos estaduais que ofereçam um acolhimento com foco, proteção e dignidade.

Em resumo, a migração no Brasil vai além de cruzar fronteiras; envolve superar burocracias, preconceitos e a falta de infraestrutura. Acolher de verdade exige simplificar caminhos, ouvir quem vive a realidade e garantir que os direitos não dependem da origem de cada um. Só assim será possível transformar o recomeço em uma integração de fato, construindo um país mais justo para todos.

Inserção musical

### **BLOCO 3**

**APRESENTADOR 1:** Os discursos anti-imigração cresceram muito internacionalmente nas últimas décadas. Nos Estados Unidos, esse tipo de discurso rendeu dois mandatos para o presidente republicano Donald Trump. Trump nunca deixou de utilizar da estratégia de criar a imagem do imigrante como uma ameaça externa ao país, tendo como proposta principal a criação de um muro na divisa entre os Estados Unidos e o México. Para vender esta imagem para a população norte-americana, o atual presidente diz que os imigrantes roubam empregos e dinheiro salarial dos verdadeiros americanos. Isso já foi desmentido pela pesquisa de Felbab-Brown de 2017, que demonstra que o impacto do trabalho de imigrantes no salário dos estadunidenses é baixo.

**APRESENTADOR 2:** Pensando no contexto europeu, o movimento anti imigrante nasceu no contexto da crise de refugiados de 2015, quando milhares de pessoas cruzaram o Mar Mediterrâneo de forma precária. O evento resultou em centenas de mortos e desaparecidos, principalmente por conta da falta de apoio humanitário internacional. Também acabou desencadeando o Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, que foi aprovada a partir da influência do discurso isolacionista do Partido Conservador britânico. Os cidadãos, já incomodados com a crise econômica iniciada em 2008, começaram a temer os efeitos das

políticas migratórias da União Europeia no contexto de 2015, apoiando a proposta de Brexit dos conservadores.

**APRESENTADOR 1:** Na Hungria, conseguimos enxergar na prática as políticas anti migratórias. Após a crise migratória de 2015, foi construída uma cerca na fronteira com a Sérvia, no sul do país. Viktor Orbán, primeiro ministro húngaro, foi reeleito quatro vezes com o discurso de segurança e valores locais, rejeitando fortemente a imigração como solução para o declínio demográfico nacional. Orbán se utiliza do slogan "todos os terroristas são imigrantes" para se colocar na imagem de defensor da cultura e identidade húngara e protetor dos valores cristãos.

**APRESENTADOR 2:** A exploração política do medo contra imigrantes dificulta a integração deles na sociedade e o processo de consolidação da cidadania. Segundo a intelectual de direito Giuliana Redin, em seu texto "Direito de imigrar: direitos humanos e espaço público", há uma legitimação da violação do direito dos imigrantes por parte das autoridades, que faz com que eles fiquem à margem da sociedade e uma vida precária.

**APRESENTADOR 1:** E a exploração também se dá nas mídias. O doutor em história pela Universidade Federal Fluminense, Gabriel de Fonseca afirma que o discurso de ódio, muito presente nas redes sociais, intensifica a xenofobia ao incitar violência e exclusão. A produção acelerada de conteúdo contribui para a propagação de notícias falsas e disseminação do medo e da hostilidade.

**APRESENTADOR 2:** Essas políticas de exclusão afetam diretamente a qualidade de vida da pessoa imigrante. É difícil se encaixar na sociedade de um país novo, onde muitas das vezes não se sabe a língua oficial. Além disso, acesso a moradia, saúde e permanência ou asilo são desafios. Por mais que existam organizações que facilitam os processos e auxiliam essas pessoas, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), é raro que essa ajuda impeça que eles sejam marginalizados.

**APRESENTADOR 1:** Mesmo assim, não podemos perder a esperança. Houve uma melhora significativa nas políticas migratórias de algumas nações e no cenário internacional. O próprio ACNUR trabalha incessantemente para assegurar os direitos das pessoas imigrantes e pressionar os países-membros da Organização das Nações Unidas para que garantam que esses direitos estejam sendo cumpridos. O Comissariado também cria programas em parceria com outras nações, como por exemplo, o Canadá. Em 2024, criaram um programa de apoio

voltado para aprimorar a proteção e a integração de refugiados haitianos, afegãos e outros deslocados à força que vivem em território brasileiro. Este auxílio se baseia no papel do Brasil na liderança pela proteção dos direitos dos refugiados em território nacional e fóruns internacionais. O país abriga mais de 730 mil pessoas refugiadas asiladas. O programa auxiliará na inclusão dessas pessoas na sociedade brasileira, quebrando barreiras de língua e guiando a melhora de vida após a pandemia de COVID-19.

**APRESENTADOR 2:** A participação de organizações da sociedade civil também é vital para o suporte de chegada e auxílio de emergência desses refugiados. No Rio de Janeiro, por exemplo, existe a Cáritas, que trabalha a integração dessas pessoas na sociedade carioca. Eles dizem "O trabalho de integração tem o objetivo de criar condições para que os refugiados se integrem à sociedade e se tornem autossuficientes. Realizado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, esse trabalho busca garantir o acesso dos refugiados ao aprendizado do idioma, ao mercado de trabalho, à formação educacional e ao atendimento psicológico e de saúde".

**APRESENTADOR 1:** Solidariedade e Cooperação são termos muito utilizados para falar sobre Direitos Humanos. Solidariedade é vista como um princípio moral e ético que implica responsabilidade comum e apoio mútuo, enquanto cooperação é o exercício prático e coletivo dessa solidariedade, especialmente em contextos como o reassentamento de refugiados. Por mais que vejamos muitos países atuando com essa solidariedade, nem sempre é puramente pelo censo de coletividade e ética. Muitas nações agem por interesse próprio e para evitar um enfraquecimento de sua imagem internacional. Assim, a solidariedade idealizada muitas vezes se choca com a realidade dos interesses nacionais, e o sucesso da cooperação depende da capacidade de persuasão e do alinhamento de interesses entre os Estados.

**APRESENTADOR 2:** Mas, como dito antes, não podemos perder a esperança. Podemos pensar juntos, como sociedade, em como melhorar a relação com imigrantes, e assim cumprir com as metas de direitos humanos para todos.